

CARLO ROCHETTA, “Teologia da ternura – um ‘evangelho’ a descobrir”, Paulus, São Paulo, 2002, 13 x 21cm, 258 p.

Carlo ROCHETTA foi professor no Pontifício Ateneu Santo Anselmo, da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, e na Faculdade Teológica de Florença, na Itália. Antenado aos novos tempos, que pede da teologia uma revolução, sistematizou o pensamento de uma “teologia da ternura, um ‘evangelho’ a descobrir”. A obra, dividida em quatro partes, consta de nove capítulos, todos nos convidando a sermos discípulos da ternura evangélica de Jesus de Nazaré.

O primeiro capítulo, “Antropologia da ternura”, afirma que o ponto de partida da construção desta reflexão é a afirmação de que uma conceituação adequada de ternura é a base para uma sã teologia da ternura. É por isso que, após muitas ponderações, chegou-se à seguinte descoberta: a ternura é flexibilidade, permeabilidade, abertura de coração, disponibilidade à mudança, constituindo-se o rosto concreto de uma grande afeição que se faz benevolência e afabilidade (p. 30).

É um conceito muito denso, apesar de sua objetividade e clareza. Esmiuçando-o, três elementos são ressaltados:

a) *A inefabilidade*: a ternura reveste um profundo conteúdo de mistério. Mais fácil que descrevê-la é vivê-la. No entanto, nossa imaginação pode nos ajudar nesta empresa. Recorremos, então, a duas imagens: 1) a do coração: traz-nos a idéia de uma potencialidade afetiva que evoca a dinâmica do dar e do receber ; 2) a do arco-íris: suas cores harmonizadas lembram as múltiplas vibrações afetivas, alegres ou sofridas que se inserem na vivência da ternura, na busca de uma perfeita sinfonia (pp. 30-31).

Daí a ternura pertencer à essência do ser humano, constituindo o seu ambiente originário, o *primum* fundamental da pessoa, inscrita no seu mais profundo como o *ser* de um eu-encarnado-em-um-corpo que exige sentir-se amado e sentir-se capaz de amar.



b) “*Acontecimento*” e “*conquista*”: mesmo na inefabilidade, a ternura se oferece a nós como acontecimento, como advento, com força própria (p. 32).

Assumindo mil rostos, a ternura se nos apresenta sempre como um acontecimento, uma graça que vem do alto e invade a nossa existência com uma nova consciência de ser. Ai dos corações, porém, que não se deixam mais tocar pelo rosto do outro. Será o início do fim da humanidade.

Por isso, a ternura é uma vocação existencial, que nos humaniza. Abertos ao acontecimento, a ternura transforma-se em conquista, estilo de vida e até risco. Acontecendo verdadeiramente a ternura, vivida será no concreto da existência à qual cada um é chamado, como um modo de ser e de sentir radicais (pp. 33-34).

c) *Potencialidade afetiva*: a ternura deverá ser sempre compreendida como um sentimento dinâmico inscrito no coração de cada um como uma potencialidade que espera somente ser atuada e encaminhada pela abertura ao outro e a si próprio (p. 35).

Alimentados destes três elementos, já somos capazes de viver a ternura como “estupor do ser”, como benevolência infinita de Deus, pois tudo é relido com os olhos do amor, e nada mais é ordinário.

Através dos olhos da ternura, a visão que se tem das coisas é de sublimidade, de encantamento. Através dela, amadurecemos interiormente à delicadeza e ao enamoramento pela beleza da criação, numa atitude de contínua abertura e de conversão, o que produzirá dois resultados (pp. 38-40):

a) *Dom, acolhida e partilha*: à imagem e semelhança da Trindade (comunhão de Três que são Um, interpenetrados pela acolhida, dom e partilha), somos criados e formados. Isto significa que nosso processo de humanização passa de um movimento do tu para o eu (dom) e do eu para o tu (acolhida), requerendo disponibilidade para a partilha do que se tem e do que se é (pp. 40-42);

b) *Transparência, empatia e liberdade*: percebendo todas as coisas com verdade interior (transparência), nascerá em nosso coração um sentir o que o outro sente, ao ponto de assumi-lo (empatia), na plena liberdade de filhos e filhas de Deus, ao ponto de a ternura transformar-se em força do amor humilde (ao invés da brutalidade da força). Porventura, não foi esta a grande opção de Jesus de Nazaré? Para surpresa da grande maioria dos seus, o Filho de Deus fez uma radical escolha pela força do amor



humilde, ícone fundante da Igreja e projeto de salvação da criação (pp. 42-44).

Cada pessoa nasce como ser-de-ternura. À medida que a criança, por osmose, sente-se amada, a ternura se encarna. O segredo está no “sentir-se amado” e no “saber amar”, no equilíbrio afetivo das relações. Isto implica necessariamente em três vias interrelacionadas (pp. 50-51): *a) o ser* (“centralização” sobre si); *b) o amar* (“descentralização para os outros); *c) o adorar* (“supercentralização” para o Absolutamente Outro).

Em conseqüência, temos um caminho tridimensional a ser conquistado (p. 52): aceitar-se a si mesmo para comungar com outros, a fim de se deixar conduzir pelo Outro (ternura de ser, de amar e de adorar). Eis a tríplice bem-aventurança da existência humana, fonte de uma tríplice alegria: alegria de ser, de amar e de adorar – epifania viva de Deus (p. 53).

Agora, a ternura só pode ser o que é porque se encontra enraizada no coração humano. Somente a pessoa, criada à imagem e semelhança de Deus, pode realizar-se como ser-de-ternura, uma vez que é vocacionada ao amor e à comunhão sem fim. Seduzida pelo Criador, assume um projeto de vida, uma opção fundamental orientada à conquista da felicidade, recompensa de um longo itinerário de subida em direção à plenitude, porque a ternura é *ex-tasis*, um arremesso para o alto, para a “ternura-no-alto”. Aberta ao Infinito, seu ser está orientado ao alto, onde se esconde o segredo mais profundo da ternura (pp. 65-66).

A partir do segundo capítulo, “A ternura como escolha existencial”, a palavra-chave de nossa reflexão será o verbo “ser”, em contraposição ao “ter” (p. 67). “Ser” exprime a experiência vital do “eu” (eu sou) em diálogo com o outro (sou contigo), supondo uma atitude altruísta (eu sou para dar).

Daí, na sua forma mais elevada, o fato de a ternura ser uma escolha existencial fundada no “ser”, constituindo-se um estilo de vida permanente e configurando-se numa “riqueza de humanidade” através da categoria do “encontro” (pp. 72-74).

Etimologicamente, “encontro” deriva do latim *in-contra* (quando usado com verbos de movimento), e significa *um movimento para*. Então, a ternura é a vontade de se fazer próximo do outro para humanizá-lo, afirmá-lo e promovê-lo, porque o outro é irreduzível, tem um rosto único e sagrado, que me interpela e me provoca – seu rosto me revela o Absolutamente Outro (p. 74).



Em conseqüência, optar pelo ser-ternura pressupõe, necessariamente, o respeito pela alteridade, pela cultura da solidariedade e do amor, porque o outro é Templo de Deus e seu ser comunica a sacralidade da vida (pp. 75-79).

Concretamente, essa escolha existencial se dá através da amizade, rosto visível da ternura. Neste sentido, a Bíblia contém páginas extremamente sugestivas: *“Um amigo fiel é uma poderosa proteção; quem o encontrar encontra um tesouro. Um amigo fiel não tem preço; seu valor é imponderável. Um amigo fiel é um bálsamo de vida”* (Eclo 6,14-16); *“O perfume e o incenso alegram o coração, a doçura de um amigo acalma a alma”* (Pr 27,9). Lemos, no evangelho segundo João (15,12-15): *“Este é o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros como eu vos amei. Ninguém tem amor maior do que aquele que dá a vida pelos amigos. Vós sois meus amigos se fazeis o que vos mando. Já não vos chamo servos, porque o servo não sabe o que o seu senhor faz. Eu vos chamei amigos, porque vos comuniquéi tudo o que ouvi do meu Pai”*. Seguindo o Mestre, os santos Padres e a tradição da Igreja desenvolveram uma profunda teologia da amizade, a fim de mostrar o quanto ela é importante na construção do Reino. Todavia, a amizade a que se referem só pode ser aquela que é gratuita, relacional, madura e em relação com o Transcendente (pp. 90-96).

“A linguagem bíblica da ternura” é tema do terceiro capítulo. O sentimento da ternura é um critério para autenticar a originalidade do anúncio da fé. Para tanto, faz-se necessário ressaltar o significado evangélico da ternura como pertencente ao cristão em termos próprios e inalienáveis (p. 119).

Na Bíblia, o termo corresponde a uma gama de termos hebraicos e gregos que, em síntese, evocam três conteúdos: 1) o conteúdo de *pietas* e benevolência misericordiosa (pp. 120-130); 2) o conteúdo de *dileção* de amor e amizade (pp. 130-138); 3) o conteúdo de força de *debilidade* (pp. 138-143).

Os hagiógrafos ainda utilizam múltiplas metáforas para também “dizer” a ternura de Deus e caracterizá-la (pp. 144-145): 1) a metáfora da águia (imagem de refúgio afável e acolhedor, e de proteção e afeto); 2) a metáfora do bom pastor; 3) a metáfora do médico que cura o seu povo.

Destas três metáforas abstraem-se os três principais qualificativos da noção bíblica de ternura: a paternidade (p. 145), a maternidade (p. 147) e a sponsalidade (p. 149); entrelaçadas, desvelam um Deus que sofre por amor, apaixonado por seus filhos e filhas.



Em todas as metáforas, a ternura é constantemente descrita como uma *compaixão*, isto é, um deixar-se comover e um participar na vivência dos seus. O Deus onipotente se esvazia de si, caminha com o seu povo e, no ápice da revelação e da sua ternura, compartilha todo o seu ser na encarnação do Verbo, desvelamento visível da ternura invisível de Deus Pai (pp. 151-154). Do rosto luminoso do Cristo morto e ressuscitado brota a forma cristã da ternura, reflexão do capítulo que segue.

O agir de Jesus é a encarnação histórica da ternura de Deus-Trindade. Acolhendo os “últimos” (publicanos e prostitutas, endemoninhados, doentes, cegos e leprosos, pecadores e pecadoras, estrangeiros, mulheres, viúvas, crianças, pobres e ricos, inimigos, malfeitores, traidores e, até mesmo, carrascos), Jesus mostra-se como o Mestre da ternura sem limites, ternura esta vivida como *compaixão empática*. Ao contrário do que muitos pensam, é esta passionalidade afetiva frente às pessoas que atesta sua divindade e, ao mesmo tempo, convida-nos a fazermos o mesmo, perpetuando-a no dia-a-dia como uma prática permanente (pp. 155-158).

A ternura de Jesus, orientada ao “bem-querer” dos seus, está presente na acolhida dos publicanos e dos pecadores; na cura de doentes e endemoninhados; no respeito e na valorização da mulher; na acolhida das crianças e dos pequeninos; no perdão dos inimigos e dos malfeitores (pp. 158-175).

Estes exemplos típicos manifestam em Jesus uma ternura como um conteúdo vital-divino, demonstrando sua filiação trinitária, pois sua ternura brota do amor terníssimo do Pai e da presença do Espírito, que o faz exultar de alegria (cf. Lc 10,21). Evidencia-se também que tudo isso é fruto de uma profunda experiência de oração - ternura orante, que o faz chamar a Deus-Pai de *Abbá*, “papaizinho” (pp. 176-185). E é dessa certeza que brota a alegria de sua ternura filial (ternura jubilosa), epifania da ternura de Deus, encarnada em Jesus Cristo, o Verbo da ternura, que veio ao mundo para ser testemunha dela como “ser com” e como “ser para”:

a) ternura como “ser com” (solidariedade e amizade): ao fazer-se solidário com o ser humano, menos no pecado, Deus-Filho se torna “nosso companheiro de viagem” e paradigma de pessoa, pois nos “[...] *amou com coração de pessoa*” (GS 22) (pp. 187-192); *b) ternura como “ser para”* (oblação e serviço): o “ser com” é endereçado ao “ser para”. Jesus sabe muito bem disso, pois vive repetindo “*Eu vim para isto*”, motivado pelo amor terníssimo ao Pai e a toda criatura (pp. 192-197).



Paradoxalmente, é uma ternura capaz de conciliar os opostos na unidade. Ao mesmo tempo, é uma ternura *encarnada* num contexto e *independente* de qualquer vínculo; uma ternura integralmente humana e soberanamente livre; *particular*, pessoal, e absolutamente *universal*, endereçada ao futuro da história; *radical* nos limites da intransigência e *acolhedora*: uma ternura exigente e ao mesmo tempo indulgente; *próxima* e *solidária* aos pecadores e absolutamente *santa*; *autorizada* pelo Pai e *altruísta*, endereçada à comunhão e ao serviço (pp. 198-216).

Através dessa ternura, Jesus, com seu agir, manifesta o advento do Reino de Deus, que acontece em sua pessoa. Este Reino de ternura, que é de Deus, é um Reino escatológico, gratuito, universal, evento de graça e oculto. Por isso, o grande apelo a todos é “*convertei-vos e crede na ternura evangélica*” (pp. 217-219).

“A mensagem evangélica sobre a ternura” é assunto para o quinto capítulo. Do agir de Jesus eclode um ícone de ternura confirmado pela sua mensagem. Em particular, pelo novo mandamento do amor, manifestação e cumprimento do hoje escatológico da história (p. 222).

À luz de uma linguagem bíblica, o anúncio de um mandamento/ coração novo significa: 1) o apelo a “*não endurecer o coração*” (p. 222); 2) a passagem de um “*coração incircunciso*” para um “*coração circunciso*” (p. 224), de um “*coração de pedra*” para um “*coração de carne*” (p. 226).

“Coração” é a palavra-chave. Com mais ênfase, o vocábulo aparecerá no Novo Testamento, a ponto de se poder afirmar que a religião evangélica é a “*religião do coração*”. Ambos os evangelistas a usam inúmeras vezes, a fim de se superar uma religiosidade do culto exterior por uma religião do coração, da ternura, da correspondência entre fé e vida (pp. 229-231). Neste sentido, a afirmação de Jesus “*O que sai do homem, isso é o que o contamina*” (Mc 7,1-23) deixa transparecer nitidamente a inversão pretendida para a vida do crente, uma vez que a pureza/impureza não provém do externo da pessoa, mas do seu coração, do mais profundo do seu ser (pp. 232-235).

O mandamento novo de Jesus, carta magna de um novo modo de ser, ao mesmo tempo em que confirma os mandamentos veterotestamentários, supera-os: “*Ouvistes que foi dito aos antigos. Mas, eu vos digo [...]*” (Mt 5,21.27.31.33.38.43). Ao mesmo tempo em que há uma continuidade entre a lei entregue no Sinai e o mandamento novo, há uma ruptura-novidade absoluta: “*Não penseis que vim abolir a Lei e os Profetas; não vim abolir, mas para dar cumprimento*” (Mt 5,17).



Dar cumprimento, aqui, significa levar à plenitude o que já era uma mensagem de Deus à humanidade. Em outras palavras, a nova lei interioriza a antiga, radicaliza-a e a conduz ao ápice máximo (pp. 236-242).

Nos três sinóticos (Mt 22,34-40; Mc 12,28-34; Lc 10,25-28), em diferentes formas, alguém pergunta a Jesus qual seria o maior dos mandamentos. A resposta vem direta: amar o Senhor e amar o próximo como a si mesmo. Até aqui, nenhuma novidade, pois em Dt 6,5 e Lv 19,18 nós encontramos a mesma afirmação. A novidade – escandalosa aos judeus – está no fato de Jesus sintetizar toda a Escritura neste mandamento, entendido como “primeiro e maior”. O “amarás o teu próximo como a ti mesmo” equivale, literalmente, a “amarás o próximo como amarias a uma pessoa amada”; Jesus alargou, desmesuradamente, o amor ao próximo, o respeito pelo outro, levando à prática um novo *éthos*, não simplesmente cultural, mas terno-existencial como sinal da nova aliança estabelecida no dom de si por nós: “*Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros. Como eu vos amei, assim amai-vos também vós uns aos outros*” (Jo 13,34; 15,12-17) (pp. 243-258).

Esse amor traz consigo o dom do Espírito, princípio constitutivo da Igreja como comunidade dos cristãos e fonte vital do ser de todo batizado. Pelo Espírito, a Eucaristia constitui a Igreja como comunhão no Espírito do amor do Pai e do Filho, fazendo-a memorial vivo e atualizado do Ressuscitado, a fim de que todos sejamos testemunhas da ternura de Deus (pp. 259-278).

No capítulo seguinte, o autor faz uma reflexão sobre “A cruz: onipotência da ternura de Deus”. Para a surpresa dos que apreciam a força e o poder, é na cruz de Jesus que Deus revela a salvação para toda a criação. Na fraqueza, no serviço e na aparente derrota, a vida vence e sua ternura, em forma de cruz, espalha-se como um super-vírus. Na cruz revela-se a identidade cristã da ternura, genuinamente estaurocêntrica e geradora de vida em abundância (pp. 283-284).

Uma teologia da ternura autêntica só pode surgir no horizonte da cruz. Nela visualiza-se o rosto do Deus da salvação, o Deus-Trindade, oculto em Jesus de Nazaré, o crucificado, arauto da última palavra de Deus aos seus: palavra de compaixão, de amor gratuito que salva. Por esta via, a teologia da cruz funda e suporta a teologia da ternura (pp. 286-287).

Entrementes, a cruz só é compreensível à luz do dom e do abandono como dileção de amor, “fraqueza” que se transforma em salvação para



todos. Sem dúvida, esta experiência é crucial, objetivamente uma “morte espiritual” muito mais dolorosa do que uma morte física ou moral. Jesus entrega-se totalmente nas mãos do Pai, em um abandono sem condições. Esta disponibilidade histórica é a ternura inalcançável de Jesus, um evento que condensa toda sua vivência. Em nenhum outro momento Jesus demonstrou tanta ternura pelo Pai. Foi somente na cruz que a escolha de Jesus pela ternura realizou-se plenamente (pp. 293-295). E, na aparente derrota, atua o maior evento da história, a ressurreição daquele que se esvaziou de si para ser o ser do Pai. A ternura que emana da cruz é uma ternura da glória de Deus, pois tudo fora cumprido (cf. Jo 19,30) e do instrumento de suplício irrompe: a onipotência de Deus na impotência do homem ao extremo; a vitória da vida na aparente vitória da morte; a força de Deus na fraqueza do homem; a elevação no abaixamento; o infinito transcendente no finito imanente; o eterno no tempo, a escatologia na história (p. 296).

Esta onipotência da ternura de Deus foi revelada no rosto de Jesus de Nazaré. Ao entregar-se ao Pai, entrega-se ao mundo por amor (cf. Jo 3,16-17; 17,3-4.18), gratuitamente e livremente. O conteúdo dessa entrega é a ternura doadora do Pai, que oferece seu Filho e se autodoa nele. O Filho, acolhedor da ternura do Pai, compartilha-a com o Espírito: o mistério trinitário se desvela na cruz; a ternura de Jesus remete à ternura da Trindade, dom que nasce da cruz como modo de ser, de amar e de adorar, para atuar no mundo à semelhança do Filho de Deus, Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem (pp. 299-303).

No sétimo capítulo afirma-se que a Igreja é sacramento da ternura de Deus (p. 331). Da cruz derivam a vocação e a missão salvífica da Igreja. Emana da cruz uma Igreja da ternura, capaz de aproximar-se do ser humano com a ternura mesma de Deus, como seu sinal crível (p. 337).

Sua origem, portanto, liga a Igreja intimamente à cruz. Quanto mais permanece aí, mais será fiel à sua origem, ao próprio Cristo. Sem exagerar, pode-se afirmar que a Igreja é a comunidade da cruz, e esta, por sua vez, é inseparavelmente a comunidade da ternura da Trindade na história, uma vez que a cruz é o acontecimento da ternura do Pai-Amante, do Filho-Amado e do Espírito-Amor (p. 339).

Ao pé da cruz, sob o dom do Espírito, a Igreja é plasmada como a Igreja da ternura e da sabedoria do amor. Nela, os cristãos, onde estiverem, seja em que tempo for, são vocacionados a edificar uma Igreja que se



constitua em Igreja da fé, da caridade e da esperança, em outras palavras, uma Igreja do evangelho, da profecia, do serviço e da escatologia; olhando ao Cristo da cruz e encarnando-O, cumprirá sua missão (pp. 340-341).

Desta reflexão nasce a premissa maior do evangelho da ternura como “*norma normans*” da Igreja, como a regra de sua vida e de sua práxis. Não é esta a Igreja descrita por Mateus, no julgamento das nações? (p. 345).

O espaço primário onde se manifesta e se exercita a ternura da Igreja é a dor humana. Encarnando seu Mestre, a Igreja proclama “o ano da graça do Senhor” (cf. Lc 4,16-21) e assume para si uma atitude radical de compaixão frente ao sofrimento humano, em vista de uma ordem social mais justa e pacífica. Ícone do Cristo e da ternura da sua Igreja é o bom samaritano (cf. Lc 10,25-37): a ternura do evangelho é compaixão ativa, dinâmica, generosa e criativa. Garantia disso é o Espírito, que sopra sobre a Igreja, fazendo-a viver fielmente a cruz, transformando a existência cristã em ternura e glória do Ressuscitado. Sob este “hálito” de Deus-Pai e de Deus-Filho, a Igreja da ternura celebra a Eucaristia modeladora do seu ser, transfigurando a comunidade eclesial no sacramento vivo da ternura do Deus-Trindade, chamada ao serviço de humanização, porque, além de terno, o evangelho é alegre, e a harmonia da ternura e da alegria humanizam a criação sinergeticamente e infinitamente (p. 350-387).

O “mistério nupcial” – tema central do oitavo capítulo – é o “conteúdo” que estrutura a história humana na sua dimensão mais profunda, pois este é o diálogo de Deus com o casal e do casal na presença de Deus, um diálogo endereçado ao pacto, devendo realizar em profundidade o encontro da humanidade com seu Criador e a relação masculino-feminina como forma fontal da família querida desde o princípio (p.393).

A revelação deste mistério está no Novo Testamento: o casal homem-mulher encontra sua verdade no casal Cristo-Igreja, conforme Ef 5,21-23: “*Por isso, o homem deixará seu pai e sua mãe e se unirá à sua mulher, e os dois serão uma só carne. Este mistério é grande; mas eu o digo em referência a Cristo e à Igreja*”. Temos, então:

a) *O mistério nupcial*: o mistério deste encontro indica o grande projeto de graça atuado no Crucificado, um acontecimento de “esponsais” mediante o qual Deus mesmo se auto-comunica à pessoa e a faz partícipe de sua vida. Disso desdobram-se as seguintes perspectivas (p. 394): aa) masculino e feminino são mistério de ternura: a nupcialidade do evento



pascal é o paradigma do encontro homem-mulher (pp.395-402); ab) cristologia nupcial da ternura masculino-feminina: a polaridade homem-mulher é transfigurada pela polaridade Cristo-Igreja – convite a se caminhar no amor assim como Cristo nos amou e se entregou por nós (pp. 403-405); ac) a ternura masculino-feminina entre “*éros*” e “*agápe*”: na tradição judeu-cristã, *agápe* supera a concepção de *éros* como amor terreno, vindo a designar o amor de Deus que encontra o ser humano e o salva por graça. Todavia, não é justo contrapor os dois. Há uma reciprocidade entre a busca da pessoa por parte de Deus e a busca de Deus por parte da pessoa (pp.406-409); ad) a “*philia*” como ternura masculino-feminina: se *éros* é amor de indigência que tende à sua superação, se *agápe* é amor de gratuidade, *philia* é amor de partilha que busca o encontro e a união recíproca e paritária com o outro (pp. 409-411).

b) *A ternura como mistério nupcial no matrimônio*: Jesus Cristo é o revelador de uma dialética que percorre toda a história como mistério nupcial, desde o noivado até a comunidade familiar (pp. 411-424);

c) *A ternura como mistério nupcial na genitorialidade*: a família remete à experiência da genitorialidade: tornar-se genitores é tornar-se partícipes de sua eterna fecundidade e irradiá-la na história, porque os pais são “epifania” do amor fecundo da Trindade para fazerem de seu lar uma “casa da ternura” (pp. 424-430);

d) *Matrimônio e vida consagrada: vocações nupciais* – o mistério nupcial da história atua em dois modos específicos: com o matrimônio e com a virgindade consagrada. Quanto mais se exaltar uma, mais se exaltará a outra.

Segundo o Autor, o matrimônio “no Senhor” reclama a particularidade personalizada do Amor divino e a virgindade pelo Reino proclama a universalidade do Amor de Deus. Mas, somente juntos, matrimônio e virgindade são capazes de revelar a totalidade do amor terníssimo de Deus. Uma vocação remete à outra e a sustenta: 1) os cônjuges, no seu amor particular, necessitam o testemunho dos consagrados para não se fecharem em seus muros domésticos ou reduzirem o seu amor a um acontecimento de ordem unicamente material; 2) os consagrados, no seu amor universal, necessitam do testemunho dos cônjuges para afastar as tentações de um amor abstrato, que esquece a concretude das pessoas e acaba, em nome de todos, não amando a ninguém (pp. 430-438).



e) *A ternura: estética espiritual do amor*

- Educar para a ternura: a ternura constitui a qualidade decisiva do nosso ser pessoal, do desenvolvimento da humanidade e do seu crescimento pleno. Daí a urgência de uma educação que faça emergir a ternura ao nível consciente. Esta significa fazer amadurecer como escolha existencial e estilo de vida o que de mais profundo caracteriza nosso eu-espiritual-corpóreo e nossa existência social: a necessidade de amar e de ser amado. Educar-se para a ternura educando para o amor, e se educa a amar educando para a ternura (pp. 438-441).
- A beleza como via da ternura: um conteúdo fundamental à educação à ternura é dado pela beleza. O amor que tende ao belo já é ternura, que é estética espiritual do amor, sua dimensão mais alta, e se realiza sempre como reflexo e ato de beleza. Disse Santo Agostinho: “*Não podemos amar senão aquilo que é belo*”, “*Unicamente o belo pode ser amado*”. Quem não sabe abrir-se ao belo, não sabe ficar atônito com as maravilhas que o circundam, não sabe olhar com o coração as realidades do cosmo e não sabe colher nos olhos de uma criança o esplendor do universo inteiro, nunca será capaz de ternura! (pp.442-444).

Por fim, o último capítulo, “Para uma cultura da ternura” (p. 451), afirma de início que os cristãos e a teologia são responsáveis por um anúncio da ternura que seja “provocação”, “força transformadora” para mudar a pessoa e as instituições; “força transformadora” que possibilite uma opção fundamental pelos excluídos, se quer ser fiel ao seu Senhor e testemunhar o *éthos* novo do Evangelho; uma “provocação” que assume um compromisso político de anúncio do Reino e denúncia do anti-Reino, porque se quer ser fiel à Palavra e às situações históricas (lugar da encarnação da Palavra) (p. 452).

Dessa forma, a profecia cristã olha a cidade como endereçada a edificar-se à imagem da cidade de Deus. Contudo, não confundir profecia com utopia e antiutopia. Profecia distingue-se das utopias eutópicas: “cidade boa”, o “já” e o “ainda não” se equivalem; e das utopias distópicas: “cidade como lugar da perdição, do mal”. A profecia pertence a outra ordem de percepções, uma vez que sua referência está na revelação de Deus em Cristo Jesus, afirmando que a salvação é dom, mas este deve ser conquistado. Por isso, ela se faz consciência crítica às pessoas centradas em si mesmas, e anúncio salvífico da graça de Deus sobre a história, de graça. Enfim, a profecia, fundada sobre o *éthos* novo do Evangelho e



sobre o amor agápico, não anuncia um mundo perfeito para o “já”, nem tampouco um mundo de morte. Sua percepção está no nível metaempírico, não derivando dos meios normais de pesquisa, mas do acontecimento único da revelação de Jesus Cristo (pp.453-507).

Temos, assim, uma breve panorâmica da intuição teológica que teve o Autor a respeito da ternura. Esta, além de ser um programa teológico, é um retiro espiritual e um convite a sermos discípulos e discípulas da ternura do Deus-Amor. Se quisermos no “já” da história chegar ao coração do ser humano, acredito que um caminho bem concreto para se chegar até lá é pela via da ternura, ainda mais num tempo que se faz “parteiro da ternura”. Oxalá sejamos, cada um conforme sua potencialidade afetiva, hóspedes e dispenseiros da ternura do Deus-Trindade, a caminho da civilização do Amor!

*Edson Adolfo Deretti**

ITESC – Cx. Postal 5041
88040-970 Florianópolis, SC

* O Recensor é aluno do 4º ano de Teologia no ITESC.



**BÍBLIA DE JERUSALÉM, nova edição, 2ª impressão,
Ed. Paulus, São Paulo 2003, 13,5 x 21cm, 2206 p.**

Nesta mesma revista (E.T. n. 35, 2003/2, pp. 183-186) fiz a recensão, bastante crítica, da edição de lançamento da nova edição da BJ, revista e ampliada (Paulus, 2002). Tantas eram as correções a serem feitas, que ofereci à Editora, creio que em janeiro de 2003, o exemplar com as minhas anotações, esperando fossem elas devidamente aproveitadas. Agora, em setembro de 2004, vim a saber e constatar, com satisfação, que a Editora havia feito *nova impressão*, incorporando praticamente todas as observações que eu havia feito. Sinto-me, pois, na obrigação de, servindo-me do mesmo espaço onde externei minha crítica, externar também meu louvor por esta nova edição, que os editores chamam de “segunda impressão”. Soube também, só agora, que esta segunda impressão já foi lançada há um ano, em agosto de 2003, isto é, poucos meses após a minha intervenção. Minhas congratulações, portanto, à Paulus, por mais este belo trabalho.

Entretanto, a tarefa da revisão, especialmente numa obra tão complexa e cheia de detalhes como a BJ, é praticamente interminável, sempre escapando algumas falhas. Assim, tenho ainda algumas observações a fazer, que poderão ser incorporadas numa “terceira impressão”. Aliás, espero que outros atentos leitores já tenham oferecido ou ainda ofereçam, à Editora, contribuição semelhante, ou até mais atenta que a minha.

Entre as falhas que ainda anotei, destaco as seguintes: 1) na p. 23, 1ª coluna, sobre as conclusões da hipótese documentária: “...elas parecem ter sido *desde então desmanteladas*”, não “parecem ter sido depois expulsas” (!), “*tanto assim que* o panorama das certezas....parece *aflitivo*”, não “embora o panorama.....pareça aflitivo”. Terminar o período com ponto final, não dois pontos. 2) na p. 24, 2ª coluna: “Pode-se prescindir *das* descobertas...” não “de” descobertas; 3) na p. 30, 2ª coluna, em baixo: “Nele *encontra* o israelita...” não “encontrava”; 4) na p. 312, 1ª coluna: “Todavia, quando Davi morreu, pelo ano...” (transpor a vírgula para depois do verbo); 5) na p. 549, 2ª coluna, pelo meio: a forma hebraica do nome do Sirácida está grafada *Ben Sirac*, quando deveria ser *Ben Sirá*, como sempre o transcreve a BJ francesa (naturalmente, em francês, sem o acento tônico). Isto, porque *Sirac* é a forma grega do nome do pai do autor do Eclesiástico, cujo filho, então,



chamaremos “Filho de Sirac”, ou Sirácida. Se, porém, usarmos o hebraico “*Ben*”, “filho de”, deveremos completá-lo com a forma hebraica “Sirá”, e não inventar um híbrido “Ben Sirac”. Isto, porém, ao longo de toda a edição, como p. ex. na p. 862, pela metade da 1ª coluna; na p. 1071, pelo fim da 1ª coluna; e enfim nas pp. 1141 a 1229 (introdução, texto e notas do Eclesiástico), inúmeras vezes. Repito: a forma híbrida “Ben Sirac”, além de não se justificar, não se encontra na BJ francesa.

Ainda outras falhas: 1) na p. 718, 2ª coluna, em cima, falando dos manuscritos do texto de 1Macabeus, se diz do Sinaítico que é “nosso melhor testemunho”, mas deve ser “*nossa melhor testemunha*”, porque na BJ francesa se lê *témoïn*, não *témoignage*; 2) na p. 731, no texto de 1Mc 6,31, deve ser “*Iduméia*”, e não “Induméia”; 3) na p. 743, no texto de 1Mc 9,55: “... teve um ataque e *seus projetos* tiveram de ser *interrompidos*”, não “suas obras...interrompidas”; 4) na p. 754, texto de 1Mc 13,4: “... poupar minha vida *num* momento”, não “em qualquer momento”; 5) na p. 758, texto de 1Mc 14,13: “Não mais apareceu quem os atacasse” (omitir “sobre o país”), e nesses dias os reis foram batidos” (omitir “também”); 6) na mesma p. 758, texto de 1M 14,18: “com Judas e Jônatas, *seus* irmãos”, não “seu irmãos”; 7) na p. 770, texto de 2Mc 3,34: “*E logo*, ditas essas palavras, *desapareceram*”, e não: “A seguir... tornaram-se invisíveis”; 8) na p. 788, texto de 2Mc 12,24: “os pais de muitos deles *e, de alguns, os* irmãos...” e não: “muitos deles, e de alguns irmãos...”; 9) na p. 790, texto de 2Mc 13,3: “pôs-se a *rodear* Antíoco”, não “exortar”; 10) na p. 792, texto de 2Mc 14,17: “o irmão de Judas, *havia iniciado* combate...”, não “havia-se iniciado...”; 11) na p. 839, texto de Jó 31,1: “Eu *tinha feito* um pacto...”, não “Eu fizera...”; 12) na p. 1086, 1ª coluna: “pelo fato de *que era um* sábio”, não “pelo fato de ser sábio...”; 13) na p. 1088, 1ª . coluna: “...seguido de acréscimos. *Os textos 2,6-7 e 8,3-4 formam* uma grande inclusão”; 14) na p. 1143, 2ª coluna: “Bem *Sirá é a última* testemunha canônica”, não “o último testemunho canônico”.

Ainda outras falhas: 1) na p. 1163, texto de Eclo 13,20: “Para o orgulhoso a humildade é *uma abjeção*”, não “é humilhação”; 2) na p. 1243, 1ª coluna: “... do profeta na Palestina, *e* (acrescentar a conjunção) a do carro divino (1,4-28 e 3,10-15) marcaria...”; 3) na p. 1253, 1ª coluna: “bem estranha ao estilo *do gênero histórico*”, não “ao estilo de gênero literário”; 4) na p. 1273, texto de Is 11,9d: “como as águas *recobrem o mar*”, não “cobrem o fundo do mar”; 5) na p. 1270, texto de Is 10,15b: “Como se *a vara* pudesse manejar... como se *o bastão* pudesse erguer”:



a tradução inverteu a seqüência dos termos do original; 6) na p. 1292, o paralelo de Is 26,20 é, sem dúvida, Ex 12,22-23, não Mt 6,6 nem Jó 14,13-15; 7) na p. 1301, texto de Is 30,29: “...se apoderará de vós como *na noite da festa*” (isto é, da Páscoa), não “como em noite de festa”; 8) na p.1308, no texto de Is 36,11: “... não nos faleis em língua *judaica* aos ouvidos do povo..”, não “língua aramaica”; 9) na p. 1476, texto de Br 3,20: “...não conheceram o caminho *do conhecimento*”, não “da ciência”; 10) na p. 1480, texto de Br 6,9: “...e com essas riquezas *presenteiam* até as prostitutas”, não “presenteiem”; 11) na p. 1565, texto de Dn 5,26: “...a interpretação da coisa: *Menê* – Deus mediu o teu reino e deu-lhe fim; Dn 5,27: “*Tegel* – tu foste pesado na balança...”; 12) na p. 1570, texto de Dn 8,17: “Filho de homem, *fica sabendo* que a visão se refere...”, não “saiba”; 13) na p. 1575, nota d: “*Talvez* três reis persas...”, não “sem dúvida três reis...”; “O ‘quarto’ não é, *provavelmente*, o último Aquemênida...”, não “não é, talvez, o último...”; 14) na p. 1581, texto de Dn 13,58: “...debaixo de qual árvore *os surpreendeste juntos*” (omitir “entretendo-se”); 15) na p. 1608, texto de Jl 2,18: “Jahweh encheu-se de *ciúme* (não “zelo”) por sua terra...”; 16) na p. 1654, texto de Hab 2,14: “...como as águas *recobrem o mar!*” (omitir “o fundo do”).

Mais ainda: 1) na p. 1695, 2ª coluna, no meio, sobre a proveniência do título de Filho do Homem: “vem de *Dn 7,13-14*”, não também “de Dn 4,17”, apesar de a BJ francesa afirmá-lo; 2) na p. 1743, texto de Mt 22,4: “meus touros e cevados já foram *abatidos*”, melhor que “degolados”; 3) na p. 1756, texto de Mt 27,50: “*rendeu* o espírito”, melhor que “entregou o espírito”, para distinguir de Jo 19,30b, onde o verbo grego *parédôken* (entregou) é diferente do verbo empregado por Mt: *afêken* (rendeu, soltou, deixou ir); 4) na p. 1785, pela metade da nota a: “E *estes alegaram...*”, não “E aqueles que alegaram...”; “...a verdade e o poder *de Deus; revela...*” (ponto e vírgula, em vez de vírgula, após “Deus”); 5) na p. 1786, no texto de Lc 1,1: “...muitos já *empreenderam* compor”, não “tentaram”; 6) na p. 1818, o título da parábola de Lc 16,19ss, embora reproduza o da BJ francesa, “o mau rico”, deveria ser “o rico festeiro”, ou “o rico esbanjador”; 7) na p. 1837, 1ª coluna, no meio: “*Isaias*, portanto, pôde ver sua glória”... não “Moisés”, apesar de esse equívoco, em relação a Jo 12,41, encontrar-se na BJ francesa; 8) na p. 1838, 2ª coluna em cima: a referência é a “Jo 21,24”, não “21,14” (outro pequeno equívoco da BJ francesa); 9) na p. 1841, no final da 2ª coluna, sobre a afirmação da 1Jo 4,8.16, em vez de “assombrosas” eu diria “*impactantes*”; na BJ francesa “bouleversantes”; 10) na p. 1853, nota e: “Mas o v. 4 é necessário para *entender* o relato”, não “atender”; 11) na p. 1912, texto de At 7,5: “prometeu que lha daria



em posse”, em vez de “como propriedade”, termo que já ocorre no início do versículo; 12) na p. 1948, texto de At 25,25: “como ele mesmo apelou para o *Imperador*”, ou “para o *augusto* Imperador” (assim a BJ francesa), não “Imperador Augusto”, o que seria anacrônico; 13) na p. 1957, 1ª coluna, em cima: “Escrita, *talvez*, de Corinto...”, não “sem dúvida”; 14) na p. 1961, 2ª coluna, no meio: “Pois aí *não só* se encontram...”, faltou o “so”, necessário para a compreensão da frase; 15) na p. 1964, no final da introdução às cartas pastorais, várias frases não correspondem ao que lemos na BJ francesa: “Predomina *aqui a preocupação de integração na sociedade ambiente*”, não “um conceito burguês de respeitabilidade e aceitação”; e “são as *de qualquer chefe de comunidade*”, não “as requeridas de todos os burocratas”; e “Uma Igreja *entusiasta, inflamada pelo Espírito, tornou-se uma comunidade organizada*”, não “Uma Igreja entusiástica, radiante com o Espírito, tornou-se um cômodo lar”; e “do tipo *de* episcopado monárquico”, não “do tipo do episcopado...”.

Por fim, ainda: 1) na p. 2050, texto de Fl 2,10: “sobre a terra e *debaixo da* terra”, melhor do que “sobre a terra e sob a terra”; 2) na p. 2070, texto de 1Tm 3,1: “se alguém aspira *ao cargo de episcopo*”, melhor do que “aspira ao episcopado”; 3) na p. 2083, 1ª coluna, no meio: “*o fracasso* da geração que saiu do Egito”, não “a falha da geração”; na mesma página e coluna, em baixo: “um redator que *se insere* na ambiência paulina”, não “se inscreve”; 4) na p. 2171, 2ª coluna, em cima: “os *Hapiru*”, não “Hapiri”; 5) na p. 2176, 1ª coluna: “Ciro, toma Sardes (Creso); *morre* no verão de 530”, não “morto no verão...”; 6) na p. 2185, 2ª coluna, em cima: “Pentecostes de 58: *detenção* de Paulo”, não “testemunho de Paulo...”.

Estas, as observações que ainda pude fazer a esta “2ª impressão” da “nova edição” da Bíblia de Jerusalém. Como já observei acima, espero que outros atentos leitores façam também as suas e as enviem à Editora. A um texto de tanto prestígio, toda colaboração que se puder prestar será certamente bem-vinda. De qualquer modo, à Paulus, mais uma vez, as nossas congratulações pelo aprimoramento já realizado.

Ney Brasil Pereira*

Caixa postal 5041
88040-970 Florianópolis, SC
email: ney.brasil@itesc.org.br

* Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no ITESC.



A autobiografia do Papa

JOÃO PAULO II, *Dom e Mistério. Por ocasião do 50º aniversário de minha ordenação sacerdotal*, trad. do Departamento de língua portuguesa da Secretaria de Estado do Vaticano, ed. Paulinas, SP, 1997, 2ª. ed. 21 x 14cm, 120 p.

JOÃO PAULO II, *Levantai-vos! Vamos!*, trad. de Marcelo Gomes, ed. Planeta do Brasil, SP, 2004, 23 x 16cm, 211p.

Com o segundo tomo autobiográfico, publicado neste ano, temos agora no Brasil a autobiografia completa de João Paulo II. O primeiro volume, publicado por ocasião dos 50 anos de sua ordenação presbiteral em 1996, descreve os inícios da sua caminhada, desde a infância, até a ordenação e os primeiros anos do seu ministério presbiteral. O segundo, publicado este ano, e comemorando o jubileu de prata do seu pontificado, detém-se sobre os 20 anos do seu ministério episcopal em Cracóvia, de 1958 a 1978. Ambos os volumes, ao mesmo tempo que nos informam sobre os fatos acontecidos, nos revelam o pensamento, as preferências, a espiritualidade de João Paulo II.

Na breve introdução ao primeiro volume, o Papa esclarece que recebera pedidos insistentes para dar o testemunho de sua própria vocação presbiteral, aproveitando para isso a comemoração, em 1996, do jubileu de ouro da sua ordenação. Estimulado por algumas perguntas de um repórter, ele “deixou-se levar livremente ao sabor das lembranças, sem qualquer preocupação de ordem estritamente documental” (p. 5). Mais do que acontecimentos exteriores, o que fica dito pertence “às raízes profundas”, “à experiência mais íntima” do Papa. E ele o recorda, antes de mais nada, para dar graças a Deus. O título do livro revela a sua convicção pessoal: a vocação é *dom*, que supera infinitamente o ser humano, e é *mistério*, o mistério da eleição divina. E palavras humanas, diz o Papa, “não são capazes de arcar com o peso do mistério que o sacerdócio traz em si” (p.10).

As memórias começam recordando “os primeiros sinais da vocação”, e o início dos estudos universitários, logo interrompidos pela deflagração da segunda guerra mundial, em setembro de 1939. Não é preciso enfatizar o que a experiência da guerra, do trabalho braçal numa



pedreira e na fábrica, dos estudos clandestinos da teologia, o que tudo isso representou na formação humana e espiritual do futuro Papa. Desse período da sua juventude data igualmente a sua experiência em teatro, o “teatro da palavra viva”, atividade também clandestina (p. 16). Em janeiro de 1944, afinal, Cracóvia é libertada do domínio nazista, e as condições de estudo e formação do jovem Wojityla vão aos poucos melhorando. Entre seus “instrumentos de estudo”, que o acompanhavam também nas férias escolares, ele cita as obras de São Tomás de Aquino, e as de São João da Cruz (p. 24). Entre as personalidades que o marcaram nesse período recorda, com emoção, a figura do Cardeal de Cracóvia, Adam Sapieha (p. 25). Recorda sua própria família: a mãe, que faleceu quando ele tinha apenas nove anos, seguindo-se logo o falecimento do único irmão, e também de seu pai: aos 20 anos, em plena guerra, Wojityla tinha perdido toda a sua família. Na sua devoção mariana, que tanto o caracteriza, o Papa recorda a influência então recebida do livro de São Luís Maria Grignon de Montfort, o “Tratado da verdadeira devoção à Santa Virgem”. É de lá que provém o “*Totus Tuus*”, seu lema episcopal. Ainda sobre esse período, assim escreve: “Do grande e horrendo *theatrum* da segunda guerra mundial, muito me foi poupado. Todos os dias poderia ter sido capturado em casa, na pedreira, na fábrica, e ser levado, como outros o foram, para o campo de concentração. Às vezes perguntava-me: tantos de minha idade já perderam a vida... por que não eu?” (p. 45)

Destinado pelo Arcebispo a completar seus estudos em Roma, Wojityla foi ordenado presbítero antes de seus colegas, na manhã de 1º de novembro de 1946: tinha 26 anos de idade. Sobre esse momento, assim escreve: “Quem está para receber a ordenação sagrada prostra-se por terra com todo corpo e apóia a fronte no chão, manifestando desse modo a sua completa disponibilidade...” (p. 53) No mesmo mês, após as primícias, a partida para Roma: era a primeira das inúmeras viagens internacionais do futuro Papa. Em Roma, o primeiro contacto, de longe, com o papa de então, Pio XII. Seus estudos de láurea, no Angelicum, foram rápidos: menos de dois anos. Em julho de 1948, obtido o doutoramento em Teologia, e tendo conseguido “aprender Roma” (p. 60), regressou a Cracóvia. Levava consigo “não somente uma maior bagagem de cultura teológica, mas também a consolidação do meu sacerdócio e o aprofundamento da minha visão da Igreja” (p. 67). E resume: “Graças a Roma, o meu jovem sacerdócio tinha-se enriquecido de uma dimensão ... de universalidade da missão sacerdotal, que foi magistralmente expressa pelo Vaticano II, especialmente na *Lumen Gentium*” (p. 68). Em 1951, depois de um ano numa paróquia rural e mais dois anos em paróquia



urbana, o novo Arcebispo o designou para o trabalho acadêmico: e ele teve de preparar-se para a habilitação à cátedra de ética e de teologia moral. A propósito, escreve: “...sempre preocupei-me com que a dedicação ao estudo científico da teologia e da filosofia não me levasse a ‘esquecer’ que era sacerdote; antes, devia ajudar-me a sê-lo ainda mais” (p.73).

É conhecido o amor do Papa pelo seu país e “pela Igreja que está na Polônia”: uma Igreja “duramente provada por dois sistemas totalitários, o nazismo e o comunismo” e que “de ambas as provas saiu-se vitoriosa, graças ao sacrifício de bispos, sacerdotes e de multidões de leigos...” (p.77) Além do presbitério da Igreja de Cracóvia, João Paulo II recorda também com emoção os leigos: “graças a eles, a minha ação pastoral como que se multiplicou, superando barreiras e penetrando ambientes de outro modo dificilmente alcançáveis” (p.80).

No capítulo VIII, o Papa se propõe a “ir mais além da lembrança dos acontecimentos e das pessoas, para fixar o olhar mais profundamente, como que querendo perscrutar o *mistério*, que há 50 anos me acompanha e envolve” (p.83). Retomando a expressão de Paulo na 1Cor 4,1-2, ele vê no padre o “*administrador dos mistérios de Deus*”, o protagonista do “admirável intercâmbio” entre o céu e a terra, aquele que, “ao celebrar diariamente a eucaristia, chega ao âmago do mistério” do sacerdócio de Cristo (p. 86), e o faz “a serviço do sacerdócio comum dos fiéis” (p.90). Na p. 91, João Paulo II evoca a “ladainha de Cristo sacerdote e vítima”, que se costumava recitar no Seminário de Cracóvia, e cujo texto completo se encontra no apêndice (pp. 115-117). Embora alguns aí poderiam ver vitimismo e sacrificalismo, não se pode negar que as invocações da ladainha estão “profundamente enraizadas na Escritura, sobretudo na carta aos Hebreus” (p.92), a qual aborda exatamente o sacerdócio redentor do Cristo.

No capítulo IX, o Papa formula a seguinte pergunta: “O que implica *ser sacerdote hoje*, neste cenário em grande movimento, quando nos encaminhamos – ele escrevia em 1996 – para o terceiro milênio?” E responde: “...para além da devida renovação pastoral, estou convencido de que o sacerdote não deve ter qualquer receio de estar ‘fora do tempo’, se estiver inserido no ‘hoje’ de Cristo redentor” (p. 97). O homem de hoje e de sempre tem sede do Cristo, continua o Papa, e o padre sacia esta sede mediante o anúncio da Palavra e, sobretudo, no mistério eucarístico. Por isso, “celebrar a Eucaristia é a função mais sublime e sagrada de cada presbítero. E para mim – testemunho pessoal – desde os primeiros anos do sacerdócio, a celebração da Eucaristia foi não só o dever mais sagrado,



mas sobretudo a necessidade mais profunda da alma” (p. 99). “Especial testemunha do Invisível no mundo”, e “em contínuo contacto com a santidade de Deus, o sacerdote deve ele mesmo santificar-se” (p. 100). “Se o concílio Vaticano II fala da vocação universal à santidade, no caso do padre, é preciso falar de uma *especial* vocação à santidade... Só um sacerdote santo pode tornar-se, num mundo cada vez mais secularizado, uma testemunha transparente do Cristo e de seu Evangelho” (p. 103).

Ao falar do padre como “homem da Palavra”, João Paulo II comenta a necessidade do aprofundamento científico e o exemplifica com o seu caso pessoal. Além do doutoramento em Teologia, doutorou-se também em Filosofia, com tese sobre a contribuição da fenomenologia de Max Scheler para a formação da teologia moral. Desta sua formação no horizonte cultural do personalismo lhe veio, diz ele, “uma consciência mais profunda de como cada pessoa é única e irrepetível” (p. 107). Quanto ao “diálogo com o pensamento contemporâneo”, ele promovia, nos seus anos de arcebispo em Cracóvia, “encontros periódicos interdisciplinares”, e tem continuado a fazer o mesmo em Roma.

Concluindo o seu testemunho, e dirigindo-se “a todos os irmãos no sacerdócio, a todos sem exceção”, o Papa exorta: “Amai o vosso sacerdócio! Sede fiéis até o fim! Sabei ver nele, aquele tesouro pelo qual (cf Mt 13,44) vale a pena *dar tudo*” (p. 111). E expressando mais uma vez “a sua gratidão mais profunda pelo dom da vocação, e pela graça do sacerdócio, ele pede que a Virgem Maria acolha este seu testemunho “como homenagem filial, para a glória da Santíssima Trindade. Torne-o fecundo nos corações dos irmãos no sacerdócio e nos de tantos filhos da Igreja. Sirva, enfim, como semente de fraternidade também para os que, mesmo não identificados pela mesma fé, oferecem-me, não raro, o dom da sua escuta e do sincero diálogo” (p.113).

Quanto à própria tradução, observei que está bem feita. Entre as bem poucas falhas, de tradução e revisão, assinalo apenas as seguintes: 1) na p. 62, na 3ª linha de baixo para cima: “Impressionou-me a sólida organização..”, não “Impressionou-s e”; 2) na p. 83, na 2ª alínea, o início da citação da 1Cor 4,1-2: “Considerem-nos *os homens...*”, não “*os senhore s*”; 3) na p. 84, na 1ª alínea: “*Este dá a Cristo...*”, não “*estê*” (com minúscula); 4) na p. 91, na 3ª invocação da ladainha: “Jesus, pontífice *dentre os* homens assumido”, não “*pelos* homens”; 5) na p. 92, pela metade da página: ‘... para que *prestemos* um culto”, não “postemos”; 6) na p. 107, no início da 1ª alínea: “Graças às discussões *e aos encontros mantidos...*”, não “às discussões aos encontros e mantidos”; 7) na p. 115,



nas invocações da ladainha: “Jesus, sacerdote sempre vivo *a interceder* por nós”, não “e invocado”; “Jesus, pontífice *dentre os* homens assumido”, não “pelos homens”; “Jesus, pontífice mais glorioso *do que* Moisés”, não “de Moisés”; 8) na p. 116, na antepenúltima invocação: “o vosso *Pai* na terra”, não “pai” (com minúscula); 9) na p. 117, na penúltima linha em baixo: “conheceis *os corações* de todos”, não “os coração”. Não por último, meu aplauso à editora pelas excelentes ilustrações de Stanislaw Sobolewski, naturalmente extraídas da edição original.

Quanto ao segundo volume – “*Levantai-vos! Vamos!*” – lançado este ano pela editora Planeta, de São Paulo, chama a atenção o belo formato, maior e por isso mais imponente, mas sem as ilustrações que tanto enriquecem o primeiro volume, impresso por edições Paulinas. Na Introdução, João Paulo II confessa a sua alegria com a receptividade encontrada pelo volume anterior, e explica que este segundo volume foi escrito em resposta a muitos pedidos para que as memórias continuassem. O livro foi ditado a um secretário entre março e agosto de 2003, enquanto o Papa trabalhava na redação da Exortação pós-sinodal “*Pastores gregis*”, exatamente sobre o ministério episcopal. Ele conclui a Introdução convidando todos a caminhar, com o olhar fixo em Cristo, “nas vias do novo milênio”. E o convite é feito com as palavras do próprio Senhor Jesus após a Ceia (Mc 14,42), palavras também que formam a epígrafe do livro.

O livro se estrutura em seis capítulos, cada um com várias subdivisões e subtítulos. O primeiro capítulo, intitulado “A Vocação”, descreve o seu chamado ao episcopado, em julho de 1958, quando ele tinha apenas completado 38 anos de idade e ainda não contava 12 anos de ministério presbiteral. O jovem padre encontrava-se em pleno gozo das férias de verão, praticando canoagem com alguns colegas, quando teve de interrompê-las para atender a um chamado do Cardeal Wyszyński, de Varsóvia, primaz da Polónia. Quando o Cardeal lhe comunicou a sua nomeação para bispo-auxiliar de Cracóvia, ele apenas objetou: “Sou muito jovem, Eminência, tenho apenas 38 anos!” Mas o Cardeal replicou: “É uma fraqueza da qual você se livrará rapidamente...” (p. 21) Pouco depois, apresentando-se em Cracóvia a seu Arcebispo, este por sua vez o apresentou a um grupo de padres com as palavras “*Habemus papam*” (“Temos o papa”), fórmula usada para anunciar uma eleição papal. “À luz dos sucessivos acontecimentos”, comenta Wojtyła, “poderíamos dizer que aquelas foram palavras proféticas” (p. 22).

A seguir, descreve o retiro de seis dias em preparação à ordenação episcopal, realizada na catedral de Wawel, em Cracóvia, rica de



monumentos da história polonesa, tão cara ao seu coração. Quanto à própria ordenação, descrita com detalhes conservados com carinho na memória (pp. 33-60) ele comenta que, “na época, a liturgia era ainda mais rica que a de hoje” (p.33)... E que “tudo isso é tão rico de conteúdo, de pensamentos, de sensação pessoal, que exprimi-lo cabalmente, ou mesmo acrescentar-lhe qualquer coisa, é impossível” (p. 60). Na tarde do mesmo dia da ordenação, o novo bispo, como bom polonês e devoto de Maria, dirigiu-se em peregrinação ao santuário nacional de Czestochova. Também como papa, sua primeira viagem apostólica internacional foi a um santuário mariano, o de Guadalupe, em janeiro de 1979. A propósito, recorda que interpretou “essa viagem ao México como uma espécie de salvo-conduto que poderia me abrir a estrada para a peregrinação à Polônia” (p.65), desejo afinal realizado em junho daquele ano, superados os entraves do regime comunista de então.

“A atividade do bispo” é o título do 2º capítulo, que começa descrevendo suas tarefas iniciais como vigário-geral da arquidiocese de Cracóvia. Descreve as “visitas pastorais”, muito apreciadas porque lhe ofereciam “a possibilidade de entrar em contacto direto com as pessoas” (p. 83). Do constante contacto “com os noivos, esposos e famílias, nasceu o drama poético *A loja do ourives* e o livro *Amor e responsabilidade* além de, em 1994, a *Carta às famílias*” (p.86). Nas pp. 89-93 são descritas as “batalhas” para a construção de novas igrejas durante o regime comunista, como foi o caso do bairro Nowa Huta, planejado para ser um bairro “exemplarmente socialista”...

O capítulo 3º intitula-se “Trabalho científico e pastoral”, e começa referindo-se a outra “batalha” com o regime comunista: a reivindicação de uma Faculdade de Teologia em Cracóvia. Fala do seu interesse pelo diálogo com as ciências e pela “pastoral dos homens de ciência” (p. 96), na qual deveriam empenhar-se todos os bispos. Comentando seu diálogo com os filósofos, lembra a sua admiração pela figura e o pensamento de Edith Stein (p. 98). Quanto à necessidade da leitura, mesmo em meio aos múltiplos afazeres do bispo, observa: “Em minhas leituras e estudos, sempre procurei unir de modo harmonioso as questões de fé, as de pensamento e as do coração” (p. 102). Nas pp. 103-111 encontramos interessantes reflexões e confidências do papa sobre a pastoral com as crianças e os jovens, os universitários, a catequese. A propósito do atendimento aos pobres, lembra o exemplo deixado por Madre Teresa, a quem teve a oportunidade de beatificar por ocasião do 25º aniversário do seu pontificado (p. 115).



No capítulo 4º, abordando “a paternidade do bispo”, João Paulo II fala da preciosa “colaboração dos leigos”: a Ação Católica, tão ativa na Polônia antes da guerra; as novas pastorais; os novos movimentos, como “o caminho neocatecumenal”, o “Opus Dei”, os focolarinos de Chiara Lubich, Comunhão e Libertação, as comunidades da Arca de Jean Vanier etc (p. 121-122). Referindo-se à “colaboração com as ordens religiosas”, das quais diz que “nunca me tornaram a vida difícil” (p. 124), entra em detalhes sobre seu relacionamento com as comunidades masculinas e femininas de Cracóvia. Quanto ao relacionamento com o clero diocesano, enfatiza o carinho que o bispo deve ter com os seus seminaristas, esforçando-se por conhecê-los e incentivá-los pessoalmente (p. 128). Falando da “casa do bispo”, diz que a sua residência estava “aberta a todos” e, com tantas reuniões e encontros, “palpitava de vida” (p. 134). Àquela residência ligava-se a memória do Cardeal Sapieha, falecido em 1951, a quem Wojtyła refere-se com emocionada admiração (pp.134-136). Concluindo o capítulo sobre a “paternidade do bispo”, ele fala de São José, cujos privilégios derivam da sua missão de pai adotivo de Cristo, e cujo celibato evoca o celibato sacerdotal. Desse tema tratam as pp. 142-143, concluídas com a refutação dos que argumentam com a solidão dos padres do rito latino: “Pessoalmente nunca me senti sozinho. Além da consciência da proximidade com o Senhor, sempre tive em torno de mim, de maneira humana, tantas pessoas...” (p. 143) É significativo também seu testemunho sobre a capela com o Santíssimo na residência episcopal: “Ali não só rezava, mas ali também permanecia sentado e escrevia...” (p. 148)

O 5º capítulo, com o título “Colegialidade episcopal”, começa evocando o Concílio, de cujas quatro sessões Wojtyła participou integralmente: nas primeiras duas como bispo-auxiliar, nas duas últimas já como Arcebispo de Cracóvia. Quanto à colegialidade, ele dá muita importância aos encontros dos bispos, quer entre si, nas conferências episcopais, quer com o papa, nas visitas *ad limina*, quer também, no seu caso, nas visitas apostólicas internacionais. Dos teólogos com quem teve contacto no Concílio, destaca as figuras do jesuíta De Lubac e de Josef Ratzinger, atual prefeito da Congregação para a doutrina da fé. Sobre este último, escreve: “Dou graças a Deus pela presença e ajuda do Cardeal Ratzinger, que é um amigo fiel” (p.165). Recordando o retiro pregado ao papa Paulo VI e à Cúria romana em março de 1976, a cujas conferências deu o título geral de “*Sinal de contradição*”, o papa fala da importância dos retiros anuais: “uma grande dádiva de Deus para quem quer que os faça” (p. 171). Ainda sobre o Concílio, ressalta seu ensinamento sobre os



bispos, especialmente na *Lumen Gentium* e no decreto *Christus Dominus* (p. 176). E, além de recordar os bispos poloneses, com os quais compartilhou tantas situações difíceis no regime comunista, evoca também a figura do seu patrono, São Carlos Borromeu, tão dedicado às visitas pastorais na sua imensa diocese, no seu tempo (p. 182).

O último capítulo, intitulado “Deus e a coragem”, inicia com a evocação da firmeza do cardeal Wyszynski, sagrado bispo no imediato pós-guerra, no período stalinista. Dele são as seguintes palavras: “A maior falta do apóstolo é o medo... Os discípulos que abandonaram o Mestre aumentaram a coragem dos algozes... O terror utilizado em toda ditadura é calculado em base ao medo dos apóstolos...” (p. 186) A seguir, evoca os santos de Cracóvia, entre os quais a Irmã Faustina, apóstola da Divina Misericórdia (p. 190), e os mártires do nazismo e stalinismo, modelos de “uma fé corajosa e sem medo” (p. 194). Entre os santos, “o gigantesco perfil do bispo-mártir Estanislau”, ao qual Wojtyła dedica belo poema (pp. 195-198). Por fim, depois de ressaltar a peregrinação ao Sinai e a Israel, no ano do Grande Jubileu (pp. 199-200), João Paulo evoca a figura de Abraão, nosso “pai na fé”, que *partiu sem saber para onde ia* (cf Hb 11,8). Se Abraão assinala o início da caminhada, Cristo nos aponta o termo, ao chegar a “sua hora”: *Levantai-vos! Vamos!* (Mc 14,42) E são essas as palavras que o papa repete a seus irmãos no episcopado, concluindo: “Vamos, confiados em Cristo. Ele nos acompanhará no caminho, até a meta que só Ele conhece” (p. 207).

Quanto à tradução como tal, algumas coisas a observar: 1) No sumário, o subtítulo da p. 19 aparece como “A chamada”, traduzindo o italiano *La chiamata*. Embora o Aurélio concorde com essa tradução, penso que seria preferível “O chamado”, no masculino. Isto, mais vezes ao longo do livro (p.ex. p. 51; p. 55; p. 57; p. 122, duas vezes; p. 159; p. 204). 2) na p. 28, na última alínea: “*intervim oficialmente*”... não “*intervi*”. 3) na p. 35, última linha: “tratado de Santo Tomás sobre *os* anjos”, não “sobre anjos”. 4) na p. 42, em baixo: “como profeta, como *sacerdote* e como rei”, não “como padre”. 5) na p. 47, na metade do texto: “que na Igreja *possa* emergir”, não “possam”; “e se desenvolver *toda* vocação”, não “toda a vocação”. 6) na p. 56, no meio: “vocação universal *à* santidade”, não “da santidade”. 7) na p. 60, em cima: “à luz do maior bem da arquidiocese”: omitir o segundo “maior”. 8) na p. 63, em baixo: “dessas *peregrinações*”, não “perigrinações”. 9) na p. 73, em baixo: “Discurso sobre *os* pastores”, não “sobre pastores”. 10) na p. 95, no fim da 1ª alínea: “tendo, mais tarde, *nascido*”, não: “haver nascido”. 11) na



p. 107, no meio da 2ª alínea: “encontrar Deus *na oração pessoal*”, não “nas orações pessoal”. 12) na p. 121, na 2ª alínea: “o *caminho neocatecumenal*”, não “do neocatecumenal”; no fim da 3ª alínea: “dos *numerosos ramos*”, não “numerosaos”; “Comunhão e *Litertação*”, não “e Liberação”. 13) na p. 124, no fim da 2ª alínea: “*Cobri* o globo terrestre”, não “Cubri...” 14) na p. 130, em baixo: “recordar *aqueles*”, não “daqueles”. 15) na p. 140, em baixo: “justamente *para fazer* de pai”, não “para para fazer”. 16) na p. 141, em cima: “Será possível exaltar mais *o mistério*”, não “do mistério”. 17) na p. 143, em baixo: em vez de “prefeitos”, não seria “*prelados*”? 18) na p. 146, em cima: “que *ele não recebia* ninguém”, não “que não ele recebia...” 19) na p. 152, em cima: “deram-*me* as boas-vindas”, não “deram-se”. 20) na p. 153, fim da 1ª alínea: “solicitude para com *o* rebanho”, não “para com rebanho”. No fim da página, a data de “8 de março” está equivocada: não será “8 de setembro”, início da terceira sessão do Concílio? 21) na p. 167, em cima: “que *circunda* o sucessor de Pedro e o *sustenta*”, não “circundam... sustentam...” 22) na p. 176, em cima: “referência à *tríplice missão....profética*”, não “o tríplice missão... profético”. 23) na p. 177, pela metade: “discursos que *devia fazer*”, não “que devia se fazer”. 24) na p. 182, em baixo: “A arquidiocese de Cracóvia era menor”, não “a menor”. 25) na p. 204, em baixo: “porque sabe *em quem confiou*”, não “a quem foi entregue”. 26) na p. 205, fim da 2ª alínea: “para nos reconduzir *a Si*”, não “à Sé”. 27) na p. 206, fim da 1ª alínea: “Tudo o que é meu *é teu*”, não “é seu”; “palavras do Filho *que* são dirigidas”, não “palavras do Filho são dirigidas”.

Terminando esta recensão, fica o convite para a leitura integral de ambos os volumes. Vale a pena ouvir João Paulo II, esse personagem universal, falar de si mesmo, com tanta espontaneidade e calor humano. Parabéns a ambas as editoras por nos darem a possibilidade de acesso a esse notável testemunho.

Ney Brasil Pereira*

Caixa postal 5041

88040-970 Florianópolis, SC

email: ney.brasil@itesc.org.br

* Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no ITESC.



Pe. NEY BRASIL PEREIRA, *Santa Catarina de Alexandria. Padroeira da Arquidiocese de Florianópolis, da Ilha e do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, IOESC, 2002, 51 p.*

É a mais positiva possível a minha apreciação do livreto em epígrafe. Luxuoso instrumento de promoção da Padroeira do nosso Estado. Procura, com eficiência, dar credibilidade histórica e inconfundível identidade a uma figura da Igreja dos primitivos tempos e de grande aceitação popular entre nossos católicos de hoje. Entre esses, em Santa Catarina, os que (ainda) lêem alguma coisa encontram no livreto a satisfação de toda a sua justa e louvável curiosidade acerca de nossa Santa e da história da Arquidiocese. Esta parte, a segunda do opúsculo, é importantíssima para os católicos catarinenses. Encontra-se magnificamente condensada nesse lançamento editorial muito feliz e em “roupagem” digna de todos os nossos sinceros elogios, o que vem honrar a Igreja “que está” em Santa Catarina.

Todo o legendário que envolve Santa Catarina de Alexandria casa-se ao legendário de outros santos, por incrível que pareça de grande aceitação popular, como São Cristóvão, São Tiago (o das lendas), Santo Expedito, São Jorge. O livro monumental “Legenda Áurea”, do arcebispo de Gênova Jacopo de Varazze, do século XIII, um clássico da Idade Média agora finalmente lançado em português, com 1040 páginas, constitui um dos mais fantásticos repertórios de lendas, inclusive de coisas incríveis, com relação a quase duzentos santos, tudo a gosto da piedade católica medieval. Santa Catarina de Alexandria ali aparece com nove páginas – um assombro de estórias.

No que se refere à primazia da presença de missionários franciscanos depois de Cabral, por coincidência no litoral catarinense (Frei Bernardo de Armenta e seus companheiros), há um pequeno capítulo no meu livro “Romancinho Franciscano no Sul”.

De resto, lamento muito que se tenha alterado a letra belíssima do Hino de autoria do nosso Frei Pedro Sinzig: “Virgem Mártir, flor divina / *recendendo aos pés da Cruz...* substituído por “que morreste pela Cruz”... e outras “adaptações”. A modernidade não pode chegar a ponto de alterar, por simples capricho, textos musicados históricos e veneráveis, em nome de um gosto literário mais discutível que o antigo.

*Frei Elzeário Schmitt OFM**

Paróquia São Pedro Apóstolo – Gaspar, SC

* Elzeário Schmitt é franciscano, historiador e escritor, atualmente vigário paroquial em Gaspar, SC.